



LICITAÇÃO N.º. 028/2014
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
TIPO MENOR PREÇO

O Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, **Sr. PAULO ROBERTO BIER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO, DO TIPO MENOR PREÇO sob o N.º. 028/2014**, em conformidade com a Lei Federal N.º. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com a Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo Envelope n.º. 01 contendo a Habilitação e n.º. 02 contendo a Proposta de Preços deverão ser entregues na data, local e horário, aqui determinados, mediante as seguintes condições:

– **DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: 12/11/2014.**

– **HORÁRIO: 14 HORAS**, onde deverá ocorrer a entrega dos envelopes n.º. 01- Habilitação e n.º. 02- Proposta de Preços, à Comissão Permanente de Licitações.

– **LOCAL: SALA DE REUNIÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL**, sito, na Av. Borges de Medeiros, n.º. 456, Santo Antônio da Patrulha, RS, CEP 95.500-000.

- **CONSTITUEM ANEXOS DESTA LICITAÇÃO:** Minuta de Contrato e Anexo I.

1- OBJETO

O objeto da presente Tomada de Preços consiste na contratação de empresa do ramo, visando à **realização de concurso público e processo seletivo público** para preenchimento de vagas e para formação de cadastro reserva, indicadas no Anexo I, em conformidade com o solicitado no Memorando n.º.256/2014 e Pedido n.º.2014/4151, oriundos da Secretaria Municipal da Administração - SEMAD.

1.1- OBSERVAÇÕES DO OBJETO

1.1.1- Os últimos Concursos e/ou Processos Seletivos Públicos que o Município realizou para cargos semelhantes, contou com aproximadamente 800 (oitocentos) inscritos.

1.1.2- Nos últimos Concursos e/ou Processos Seletivos Públicos foram utilizadas 04(quatro) Escolas Estaduais que são de maior porte, com média de capacidade para 300(trezentas) pessoas em cada uma.

1.1.3- O município disponibilizará os equipamentos e pelo menos um servidor responsável pelo local das provas práticas, para acompanhamento do pessoal da empresa e indicação dos equipamentos e dos demais itens solicitados para as provas práticas. Demais atividades relacionadas à aplicação das provas ficam a cargo da empresa.

1.2- As empresas proponentes neste certame deverão estar cientes e efetuar suas propostas de preços, observando as seguintes condições:

1.2.1- Inscrições via internet, com geração de boleto bancário do Banco do Brasil S/A, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

1.2.2- O dia designado para aplicação da prova teórica e prática deverá ser um domingo, sendo que as provas teóricas, para o Concurso Público e Processo Seletivo Público deverão ser realizadas no mesmo turno.



1.2.3- A composição da prova objetiva fica a cargo da empresa, respeitados o rol de atribuições e requisitos de escolaridade dos cargos.

1.2.4- Para a aplicação das provas práticas poderá ser utilizado o limitador de 3 (três) vezes o número de vagas previstas no edital do concurso. Para cargos de Cadastro de Reserva (CR) deverá ser aplicada prova prática para os 20 (vinte) primeiros classificados na prova objetiva.

1.2.5- A aplicação das provas práticas para Operador de Máquinas Rodoviárias e Motorista deverá ser em um único tipo de veículo/máquina, qual seja, caminhão caçamba para Motorista e retro escavadeira para Operador de Máquinas Rodoviárias.

1.2.6- Para desempate de candidatos classificados, será utilizado como último critério a forma de sorteio. O sorteio será realizado por pessoal do Município, mediante fornecimento dos editais e atas correspondentes, pela empresa contratada.

1.2.7- Caso ultrapasse 1000 (mil) candidatos inscritos, o município poderá pagar por candidato excedente o valor máximo de R\$ 60,00 (sessenta reais), ou seja, valor correspondente a menor taxa de inscrição.

1.2.8- A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela elaboração, aplicação e correção das **provas objetivas, provas práticas e provas de títulos**, incluindo:

- a) Fornecimento de treinamento do pessoal encarregado pelo recebimento das inscrições, a ser realizado na sede da CONTRATADA;
- b) Elaboração dos editais de abertura das inscrições, sendo um para o Concurso Público e outro para o Processo Seletivo Público, e demais editais necessários ao certame, bem como seus extratos;
- c) Divulgação de editais, relatórios e demais atos administrativos decorrentes da realização do Concurso Público e do Processo Seletivo Público em *site* próprio;
- d) Apreciação de todas as inscrições e elaboração de edital de homologação das mesmas;
- e) Elaboração, reprodução e aplicação das provas teóricas e práticas;
- f) Análise e pontuação de títulos, de acordo com grade inserida no edital regulador do certame;
- g) Elaboração de atas e listas de presença para todas as etapas do processo;
- h) Mapeamento do local de realização das provas a ser cedido pela CONTRATANTE;
- i) Designação de Comissão Coordenadora dos trabalhos de realização das provas objetivas;
- j) Contratação de fiscais para aplicação das provas objetivas, bem como fornecimento do devido treinamento aos mesmos;
- k) Fornecimento do gabarito das provas escritas no primeiro dia útil após a realização destas;
- l) Fornecimento dos demais resultados das etapas do certame conforme cronogramas previstos nos respectivos editais de abertura;
- m) Correção das provas objetivas por sistema de leitura ótica;
- n) Emissão de relatório em todas as etapas do certame, inclusive com a classificação final dos candidatos;
- o) Treinamento do pessoal cedido pela CONTRATADA, encarregado do recebimento dos títulos, a ser realizado na sede da CONTRATADA;
- p) Análise e julgamento de eventuais recursos administrativos impetrados, nos prazos previstos nos Editais de Abertura dos certames;
- q) Entrega de dossiês contemplando todos os atos decorrentes da realização dos processos;
- r) Apoio técnico-jurídico em todas as etapas dos certames seletivos.

3- O MUNICÍPIO SE COMPROMETE EM EFETUAR:

a) Recebimento e protocolo de eventuais recursos administrativos com encaminhamento para análise da CONTRATADA;



- b) Designação de local para a realização das provas, na zona urbana do Município;
- c) Recebimento de títulos e encaminhamento à CONTRATADA para avaliação;
- d) Publicação dos editais, cujos modelos serão fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor.

4- TAXA DE INSCRIÇÃO

Os valores a serem cobrados referentes à Taxa de Inscrição serão os seguintes:

- a) Nível de Ensino Fundamental: R\$ 60,00 (sessenta reais)
- b) Nível de Ensino Médio: R\$ 70,00 (setenta reais)
- c) Nível de Ensino Superior: R\$ 100,00 (cem reais)

5- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar da presente licitação, empresas do ramo pertinente ao objeto desta, **que se cadastrem no Município, até o dia 07/11/2014**, devendo, para tanto, apresentar em original ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticadas em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade, ou ainda publicação em Órgão Oficial, os documentos a seguir discriminados:

OBSERVAÇÃO: Os documentos descritos nos itens “5.1” aos “5.5” são necessários para elaboração do Certificado de Registro Cadastral (CRC).

5.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1- Registro comercial, no caso de empresa individual.

5.1.2- Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL (acompanhado da última alteração, se houver)**, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades de ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.1.3- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.4- Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.2- REGULARIDADE FISCAL

5.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), instituído pela Instrução Normativa nº. 054 de 22 de junho de 1998.

5.2.2- Documento de Identificação da Receita Estadual (DI/RE) ou Municipal se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

5.2.3- Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, conjunta com a Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União), ESTADUAL e MUNICIPAL**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante.

5.2.4- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA

5.3.1- **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social, devidamente **autenticados na Junta Comercial**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que



comproven a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da documentação para cadastro. As demonstrações contábeis exigidas devem estar de acordo com o que rege a Lei 6.404/76, atualizada pela Lei Federal 9.457/97, em seu art.176.

OBS.: Na análise dos Balanços, para comprovação da boa situação financeira e econômica das empresas serão utilizados os seguintes índices:

INDICADORES	FÓRMULA	ÍNDICES MÍNIMOS
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (AC/PC)$	LC = 1
Liquidez Geral (LG)	$LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)$	LG = 1
Solvência Geral (SG)	$SG = AR/(PC+ELP)$	SG = 1,2
Endividamento Geral	$EG = (PC+ELP)/(PATR.LIQ)$	EG = MENOR QUE 2

LC - Avalia a capacidade da empresa em saldar as suas obrigações a Curto Prazo.

LG - Mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a Longo Prazo.

SG - Mede a capacidade financeira da empresa a Longo Prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

AC - Ativo Circulante.

PC - Passivo Circulante.

RLP - Realizável a Longo Prazo.

ELP - Exigível a Longo Prazo.

AR - Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (Ex. ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

EG = Endividamento Geral.

5.3.1.1– As empresas constituídas no exercício corrente poderão apresentar Balanço de Abertura.

5.3.2– CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo **não superior a 60(sessenta) dias** da data designada para a apresentação do documento.

5.4– OUTROS DOCUMENTOS

5.4.1- ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO/LOCALIZAÇÃO, da empresa proponente.

5.4.2- Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, **CRA**, devendo possuir profissional, devidamente habilitado.

5.4.3- DECLARAÇÃO, assinada pelo representante legal da empresa, devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado (se houver) da empresa, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, de **que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar** com o Poder Público, nos termos do Art. 87, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.4.4- DECLARAÇÃO, assinada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art.7º da Constituição Federal.

5.5– OS DOCUMENTOS RETRO CITADOS DEVERÃO:



5.5.1- Estar em plena validade e atenderem a legislação pertinente a sua emissão, e quando não tiverem sua validade expressa, deverão ser emitidos, no máximo com 60 dias de antecedência da data prevista para a abertura das propostas.

5.5.2- Serem apresentados em uma via, original ou por processo de cópia xerográfica autenticadas em cartório competente, ou servidor desta Municipalidade, ou ainda, publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

5.6- É DE TOTAL INTERESSE E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PROPONENTE:

5.6.1- Entrar em contato com a Comissão de Cadastro das Licitações, para verificar se a sua documentação chegou até as mãos desta e se foi apresentada corretamente, conforme exigido neste edital. Ressaltamos que a Comissão de Cadastro não se responsabilizará em avisar as empresas que por ventura enviarem documentos que estejam vencidos, faltando e etc.

5.6.2- Retirar o seu CRC junto ao Setor de Compras e Licitações.

6- FORMA DE PAGAMENTO

6.1- O PAGAMENTO do objeto desta licitação dar-se-á mediante a apresentação dos respectivos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, da seguinte forma:

- a) 20%(vinte por cento) na homologação das inscrições;
- b) 30% (trinta por cento) na realização das provas escritas;
- c) 50%(cinquenta por cento) quando apresentar a lista final de homologação dos aprovados, com os recursos administrativos devidamente apreciados.

6.2- O pagamento da prestação dos serviços será efetuado em 03(três) parcelas, mediante os respectivos documentos de cobrança, em nome desta Prefeitura Municipal, nos quais, deve constar discriminadamente, tudo o que foi prestado, bem como, o nº. da Tomada de Preços e o nº. do Empenho Prévio.

6.3- O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

6.4- Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

6.5- A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

6.6- A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio das CNDs do INSS, FGTS e relatório SEFIP do mês da cobrança, devidamente quitado. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA** será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade.

7 – DO CONTRATO

7.1- DOS TERMOS DO CONTRATO À SER FIRMADO

7.1.1- O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.

7.1.2- A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.



7.1.3- A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, ter pleno conhecimento dos serviços a serem executados, e reconhecer ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

7.2- DA FISCALIZAÇÃO

7.2.1- O objeto desta licitação será fiscalizado pelos servidores Daniel Cândido da Silva e Ilton Sidnei de Borba, onde serão considerados todos os requisitos pré-estabelecidos neste edital, bem como a proposta apresentada pelo licitante vencedor. Os serviços estarão sujeitos à rejeição, caso não atendam as especificações exigidas, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá refazê-los sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

7.3- RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.3.1-** Executar os serviços conforme especificações deste edital e seus anexos, e em consonância com a proposta de preços apresentada;
- 7.3.2-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades;
- 7.3.3-** Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;
- 7.3.4-** Prestar informações exatas e não criar embaraços à fiscalização, atendendo suas determinações.
- 7.3.5-** Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e EXPRESSA autorização do CONTRATANTE;
- 7.3.6-** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato ou da nota de empenho.
- 7.3.7-** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 7.3.8-** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.3.9-** Arcar com todas as despesas com transportes, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

7.4- RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 7.4.1-** O pagamento, conforme o determinado no item 6, deste instrumento.
- 7.4.2-** A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento dos mesmos, o que será realizada pelos servidores Daniel Cândido da Silva e Ilton Sidnei de Borba.
- 7.4.3-** A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, o que se dará através do Setor de Contabilidade, mediante apresentação das CNDs do INSS e do FGTS bem como relatório SEFIP do mês da cobrança, conforme previsão do item 6.6 deste edital.

8- PARA A HABILITAÇÃO

8.1- O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº. 01:

8.1.1- CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC, emitido pelo Município de Santo Antônio da Patrulha - RS, **em plena vigência**, sendo que este deverá ser apresentado em original, ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticada em cartório, ou por servidor desta Municipalidade.

8.1.2- COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICO-OPERACIONAL, em nome da empresa, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da licitação, que será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente.



8.1.3- Os documentos solicitados no CRC – Certificado de Registro Cadastral, **que por ventura estiverem com o prazo de vigência expirado.**

8.2 – DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

8.2.1- Todos os documentos constantes no envelope n.º01 deverão estar autenticados, exceto, os originais e os emitidos via internet, pois estes últimos possuem certificação digital.

8.2.2- Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

8.2.2.1- Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar aos objetos licitados e sua execução **garde proporcionalidade entre o executado e os períodos utilizados para tanto.**

8.3 – DOS DEMAIS DOCUMENTOS

8.3.1- O representante da licitante deverá estar munido de documento de identidade e de uma **PROCURAÇÃO e/ou CARTA DE CREDENCIAMENTO, com firma reconhecida em cartório**, outorgando plenos poderes ao mesmo, para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases do processo licitatório, inclusive, desistência de interposição de recursos. Se o participante for dirigente da empresa, deverá apresentar o comprovante de sua investidura. Cada licitante poderá ter **somente 01 (um) representante** para intervir, quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos por sua representada.

8.3.1.1- Para os proponentes que concluírem o seu cadastro até o dia previsto no item "5" deste edital, será emitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral. Porém, ressaltamos que, se algum documento constante do CRC vencer até a data de abertura da licitação, o proponente deverá, obrigatoriamente, providenciar um novo e revalidá-lo junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, e/ou apresentar o novo documento em original ou cópia xerográfica (já devidamente autenticado em cartório competente ou por servidor desta Municipalidade) anexo ao CRC, no dia da abertura da licitação.

8.3.2- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinado no item 14, deste edital, **DEVERÁ** apresentar no envelope n.º.01/habilitação, **DOCUMENTO** emitido pela Junta Comercial do Estado, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ou, ainda, no caso de cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07).

8.3.2.1- Para fins de validade, o referido documento deverá ter data de emissão não superior a **60(sessenta) dias** da data designada para a apresentação do documento.

8.3.2.2- A empresa que deixar de apresentar a comprovação acima, receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua **OMISSÃO, como renúncia a qualquer privilégio.**

8.3.3- Caso, declarado inabilitado um ou mais licitantes, as Propostas de Preços (envelope n.º. 02), serão guardadas em invólucros lacrados, a cargo e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações, designando-se nova etapa para abertura das mesmas, obedecido o prazo de recurso previsto no Art.109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a não ser, que haja desistência expressa por escrito em ata ou outro documento, ao referido recurso, pelos licitantes inabilitados.

9 – PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE N.º. 02:

9.1– PRAZO DE VALIDADE

As propostas consignadas vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento das mesmas.

9.2 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento e classificação das propostas serão avaliados em função do menor preço **COTADO GLOBAL (Item 1 + Item 2) do Anexo I**, classificando-se em primeiro lugar a proposta formulada de



acordo com as especificações anteriormente descritas e que consignar o **MENOR PREÇO**. Ocorrendo empare, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme artigo 45, parágrafo 2º da Lei 8.666/93.

9.3 - FORMA DE ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.3.1- As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

9.3.2- Consignar o **PREÇO UNITÁRIO PARA CADA ITEM**, sendo que o mesmo deverá estar expresso em algarismos e o **TOTAL GERAL DA PROPOSTA**, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.

9.3.2.1- A empresa participante deverá, obrigatoriamente, efetuar cotação de preços para os Itens “ 1 e 2”, conforme Anexo I, caso contrário, será declarada desclassificada do certame.

9.3.3- Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de impostos nos valores unitários e totais, **já incluídos os custos de deslocamento, considerando o local dos serviços e outros** previstos neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

9.3.4- Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e seus anexos, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexeqüíveis.

10 – DAS PENALIDADES

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades:

10.1 – Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

10.2 - Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

10.3 - Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.4 - A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

10.5 - A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.6 - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.

10.7 – Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município e multa de 10% do valor atualizado do contrato.

10.8 – as penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.

10.9 – da aplicação das penas definidas nos itens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.7 do item dez, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.

10.10 – A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.



11 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES, HABILITAÇÃO (01) E PROPOSTAS DE PREÇOS (02):

11.1– Os documentos para HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE PREÇOS exigidos no presente edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, **em envelopes distintos**, lacrados e numerados 01 e 02, contendo na parte externa os seguintes dizeres (exemplo):

11.1.1- ENVELOPE Nº. 01 - HABILITAÇÃO

Município de Santo Antônio da Patrulha – RS
Licitação Tomada de Preços Nº. 028/2014
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE
Fone/Fax para contato

11.1.2- ENVELOPE Nº. 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Santo Antônio da Patrulha - RS
Licitação Tomada de Preços Nº. 028/2014
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE
Fone/Fax para contato

11.2 – O horário de abertura da licitação será seguido pelo horário de Brasília - DF e deverá ser cumprido pelos participantes, sob pena, de decair o direito de participarem da licitação; não será admitida a participação de retardatários.

12 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1- Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2- Nenhum tipo de Impugnação ao edital, bem como recurso Administrativo, será aceito via "fax ou e-mail", somente será considerado válido, se for entregue em original e protocolado nesta Prefeitura Municipal, aos cuidados da comissão Permanente de licitações.

12.3- Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceitado sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º e 2º. da Lei 8.666/03).

13– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1– As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – Gestão e Manutenção dos Serviços da SEMAD
PROJETO: 2013 – Manutenção do setor operacional
DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (66)
RUBRICA: 33903905000000 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

14– DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

14.1– Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a **Lei Complementar nº 123/2006**.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o



vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a **assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**

14.2- Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

14.3- Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

15- DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

15.2- Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceitado sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º. e 2º. da Lei 8.666/93).

15.3- Nenhum tipo de Impugnação ao edital, bem como Recurso Administrativo, será aceito via "fax ou e-mail", somente será considerado válido, se for entregue em original e protocolado nesta Prefeitura Municipal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações.

15.4- Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar ata e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei nº. 8.666/93).

15.5- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.



- 15.6**– Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.
- 15.7**- Não serão aceitos qualquer tipo de protocolo em substituição aos documentos exigidos neste edital.
- 15.8**– Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.
- 15.9**– A presente licitação será julgada em todas as suas fases, com observância na Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 15.10**– Se a empresa proponente, necessitar de autenticações por parte de servidores desta Prefeitura Municipal (sem ônus), deverá encaminhar-se ao Depto. de Compras, em horário de expediente, até 01(uma) hora antes da abertura da licitação. Ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.
- 15.11**– Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem a tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.
- 15.12**– **Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: www.diariomunicipal.com.br/famurs.**
- 15.13**– A autoridade superior competente, para aprovação do procedimento, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.14**– As empresas licitantes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste edital licitatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços, poderão ser declaradas INABILITADAS e/ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.
- 15.15**– Demais direitos e deveres, serão disciplinados no contrato a ser firmado entre as partes.
- 15.16**– Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.
- 15.17**- Este edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura: <http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/>
- 15.18**- Constitui anexo e faz parte integrante deste edital a Minuta de Contrato e Anexo I.

16– **QUAISQUER ESCLARECIMENTOS, SOBRE ESTA LICITAÇÃO, SERÃO PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE: das 12:30 às 18:30 HORAS, NO ENDEREÇO INDICADO NO PREÂMBULO DESTE EDITAL, E/OU PELOS FONES (51)3662-8416, E 3662-8572.**

Santo Antônio da Patrulha, RS 24 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO BIER

Prefeito Municipal



ANEXO I

Item 1 - Concurso Público.

Denominação do cargo	Número de vagas	Carga Horária	Vencimento	Tipos de provas
Agente Sanitário	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Assessor Jurídico	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Contador	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Coveiro	1	40h/s	Padrão 07 R\$ 820,68	Prova teórica objetiva e prova de prática
Cuidador Social	17	40h/s	Padrão 06 R\$ 768,14	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Artes	1	20h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Dança	1	30h/s	Padrão 12 R\$ 1.321,73	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Esporte e Lazer	1	30h/s	Padrão 12 R\$ 1.321,73	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Meio Ambiente	1	20h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Musicalidade	1	20h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva
Eletricista	1	40h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva e prova de prática
Engenheiro Agrônomo	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Farmacêutico Bioquímico	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Fiscal Ambiental	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Fiscal Sanitário	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva



Fiscal Sanitário Farmacêutico	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16 (podendo perceber gratificação por dedicação exclusiva de 50% sobre o vencimento básico)	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Fonoaudiólogo	1	20h/s	Padrão 14 R\$ 1.583,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Cardiologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Clínico Geral (20h/s)	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Clínico Geral (30h/s)	1	30h/s	Padrão 21 R\$ 5.555,09	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Comunitário (40h/s)	CR	40h/s	Padrão 22 R\$ 10.100,21	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Ecografista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Geriatria	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Ginecologista e Obstetra	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Infectologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Neurologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Otorrinolaringologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Pediatra	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Psiquiatra	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Motorista	CR	40h/s	Padrão 07 R\$ 820,68	Prova teórica objetiva e prova de prática
Operador de Máquinas Rodoviárias	6	40h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva e prova de prática
Operário	20	40h/s	Padrão 05 R\$ 698,25	Prova teórica objetiva e prova de prática
Operário Especializado	1	40h/s	Padrão 06 R\$ 768,14	Prova teórica objetiva e prova de prática
Professor Área 1 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20	24h/s	R\$ 1.107,08	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Artes	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Ciências	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos



Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Educação Física	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Geografia	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Língua Inglesa	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Matemática	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – História	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Técnico de Farmácia	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Técnico em Radiologia	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Técnico em Saúde Bucal	CR	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Terapeuta Ocupacional	1	30h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos



Item 2 – Processo Seletivo Público.

Denominação do cargo	Número de vagas	Carga horária	Salário	Tipos de provas
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família Miraguaia	7	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família - Bom Princípio	3	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família - Várzea I	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família - Várzea II	2	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF -Estratégia de Saúde da Família - Menino Deus	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - Bairro Santa Teresinha	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – Micro-área 13 - Bairro Passo dos Ramos	CR	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – Micro-área 15	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva



PREFEITURA MUNICIPAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – Vila Palmeira/Passo do Sabiá	3	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF – Estratégia de Saúde da Família -AGASA	4	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Madre Teresa	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 1 (Catanduva/Taquaral)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 2 (Taquaral)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 3 (Macegão)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 4 (Cantagalo)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 5 (Morro São Miguel)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante –Micro-áreas 6 e 7 (Morro Grande)	2	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva



MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ____/2014.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BIER**, brasileiro, Divorciado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 268.954.710-49, portador da R.G n.º 1011032032, residente e domiciliado na Av. Borges de Medeiros, n.º 704, Bairro Cidade Alta, neste Município, neste ato denominado e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, por seu representante legal Sr.(a) _____, __ (nacionalidade)__, __ (estado civil)__, __ (profissão)__, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, portador da C.I. n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato denominado de **CONTRATADA**, em conformidade com o Processo Licitatório na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 028/2014**, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa do ramo, visando à **realização de concurso público e processo seletivo público** para preenchimento de vagas e para formação de cadastro reserva, indicadas abaixo, em conformidade com o solicitado no Memorando nº.256/2014 e Pedido nº.2014/4151, oriundos da Secretaria Municipal da Administração – SEMAD, partes integrante do processo Licitatório.

Concurso Público

Denominação do cargo	Número de vagas	Carga Horária	Vencimento	Tipos de provas
Agente Sanitário	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Assessor Jurídico	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Contador	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Coveiro	1	40h/s	Padrão 07 R\$ 820,68	Prova teórica objetiva e prova de prática
Cuidador Social	17	40h/s	Padrão 06 R\$ 768,14	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Artes	1	20h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Dança	1	30h/s	Padrão 12 R\$ 1.321,73	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Esporte e Lazer	1	30h/s	Padrão 12 R\$ 1.321,73	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Meio Ambiente	1	20h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva
Educador Social com habilidades em Musicalidade	1	20h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

Eletricista	1	40h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva e prova de prática
Engenheiro Agrônomo	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Farmacêutico Bioquímico	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Fiscal Ambiental	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Fiscal Sanitário	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Fiscal Sanitário Farmacêutico	1	40h/s	Padrão 20 R\$ 3.153,16 (podendo perceber gratificação por dedicação exclusiva de 50% sobre o vencimento básico)	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Fonoaudiólogo	1	20h/s	Padrão 14 R\$ 1.583,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Cardiologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Clínico Geral (20h/s)	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Clínico Geral (30h/s)	1	30h/s	Padrão 21 R\$ 5.555,09	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Comunitário (40h/s)	CR	40h/s	Padrão 22 R\$ 10.100,21	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Ecografista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Geriatra	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Ginecologista e Obstetra	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Infectologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Neurologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Otorrinolaringologista	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Pediatra	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Médico Psiquiatra	1	20h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Motorista	CR	40h/s	Padrão 07 R\$ 820,68	Prova teórica objetiva e prova de prática
Operador de Máquinas Rodoviárias	6	40h/s	Padrão 08 R\$ 902,81	Prova teórica objetiva e prova de prática
Operário	20	40h/s	Padrão 05 R\$ 698,25	Prova teórica objetiva e prova de prática
Operário Especializado	1	40h/s	Padrão 06 R\$ 768,14	Prova teórica objetiva e prova de prática
Professor Área 1 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20	24h/s	R\$ 1.107,08	Prova teórica objetiva e prova de títulos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Artes	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Ciências	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Educação Física	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Geografia	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Língua Inglesa	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental - Matemática	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Professor Área 2 – História	CR	20h/s	R\$ 922,59	Prova teórica objetiva e prova de títulos
Técnico de Farmácia	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Técnico em Radiologia	1	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Técnico em Saúde Bucal	CR	40h/s	Padrão 13 R\$ 1.453,90	Prova teórica objetiva
Terapeuta Ocupacional	1	30h/s	Padrão 19 R\$ 2.537,68	Prova teórica objetiva e prova de títulos

Processo Seletivo Público.

Denominação do cargo	Número de vagas	Carga horária	Salário	Tipos de provas
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família Miraguaia	7	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família - Bom Princípio	3	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família - Várzea I	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família - Várzea II	2	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF - Estratégia de Saúde da Família - Menino Deus	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - Bairro Santa Teresinha	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – Micro-área 13 - Bairro Passo dos Ramos	CR	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – Micro-área 15	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – EACS – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – Vila Palmeira/Passo do Sabiá	3	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF – Estratégia de Saúde da Família -AGASA	4	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Madre Teresa	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 1 (Catanduva/Taquaral)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 2 (Taquaral)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 3 (Macegão)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 4 (Cantagalo)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-área 5 (Morro São Miguel)	1	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF– Estratégia de Saúde da Família - Itinerante – Micro-áreas 6 e 7 (Morro Grande)	2	40h/s	876,77	Prova teórica objetiva



CLÁUSULA SEGUNDA – Das Observações do objeto:

2.2- A CONTRATADA deverá estar ciente e efetuar sua proposta de preço, observando as seguintes condições:

2.2.1- Os últimos Concursos e/ou Processos Seletivos Públicos que o Município realizou para cargos semelhantes, contou com aproximadamente 800 (oitocentos) inscritos.

2.2.2- Nos últimos Concursos e/ou Processos Seletivos Públicos foram utilizadas 04(quatro) Escolas Estaduais que são de maior porte, com média de capacidade para 300(trezentas) pessoas em cada uma.

2.2.3- O município disponibilizará os equipamentos e pelo menos um servidor responsável pelo local das provas práticas, para acompanhamento do pessoal da empresa e indicação dos equipamentos e dos demais itens solicitados para as provas práticas. Demais atividades relacionadas à aplicação das provas ficam a cargo da empresa.

2.2.4- Inscrições via internet, com geração de boleto bancário do Banco do Brasil S/A, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

2.2.5- O dia designado para aplicação da prova teórica e prática deverá ser um domingo, sendo que as provas teóricas, para o Concurso Público e Processo Seletivo Público deverão ser realizadas no mesmo turno.

2.2.6- A composição da prova objetiva fica a cargo da empresa, respeitados o rol de atribuições e requisitos de escolaridade dos cargos.

2.2.7- Para a aplicação das provas práticas poderá ser utilizado o limitador de 3 (três) vezes o número de vagas previstas no edital do concurso. Para cargos de Cadastro de Reserva (CR) deverá ser aplicada prova prática para os 20 (vinte) primeiros classificados na prova objetiva.

2.2.8- A aplicação das provas práticas para Operador de Máquinas Rodoviárias e Motorista deverá ser em um único tipo de veículo/máquina, qual seja, caminhão caçamba para Motorista e retro escavadeira para Operador de Máquinas Rodoviárias.

2.2.9- Para desempate de candidatos classificados, será utilizado como último critério a forma de sorteio. O sorteio será realizado por pessoal do Município, mediante fornecimento dos editais e atas correspondentes, pela empresa contratada.

2.2.10- Caso ultrapasse 1000 (mil) candidatos inscritos, o município poderá pagar por candidato excedente o valor máximo de R\$ 60,00 (sessenta reais), ou seja, valor correspondente a menor taxa de inscrição.

2.2.11- A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela elaboração, aplicação e correção das **provas objetivas, provas práticas e provas de títulos**, incluindo:

a) Fornecimento de treinamento do pessoal encarregado pelo recebimento das inscrições, a ser realizado na sede da **CONTRATADA**;

b) Elaboração dos editais de abertura das inscrições, sendo um para o Concurso Público e outro para o Processo Seletivo Público, e demais editais necessários ao certame, bem como seus extratos;

c) Divulgação de editais, relatórios e demais atos administrativos decorrentes da realização do Concurso Público e do Processo Seletivo Público em *site* próprio;

d) Apreciação de todas as inscrições e elaboração de edital de homologação das mesmas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

- e) Elaboração, reprodução e aplicação das provas teóricas e práticas;
- f) Análise e pontuação de títulos, de acordo com grade inserida no edital regulador do certame;
- g) Elaboração de atas e listas de presença para todas as etapas do processo;
- h) Mapeamento do local de realização das provas a ser cedido pela CONTRATANTE;
- i) Designação de Comissão Coordenadora dos trabalhos de realização das provas objetivas;
- j) Contratação de fiscais para aplicação das provas objetivas, bem como fornecimento do devido treinamento aos mesmos;
- k) Fornecimento do gabarito das provas escritas no primeiro dia útil após a realização destas;
- l) Fornecimento dos demais resultados das etapas do certame conforme cronogramas previstos nos respectivos editais de abertura;
- m) Correção das provas objetivas por sistema de leitura ótica;
- n) Emissão de relatório em todas as etapas do certame, inclusive com a classificação final dos candidatos;
- o) Treinamento do pessoal cedido pela CONTRATADA, encarregado do recebimento dos títulos, a ser realizado na sede da CONTRATADA;
- p) Análise e julgamento de eventuais recursos administrativos impetrados, nos prazos previstos nos Editais de Abertura dos certames;
- q) Entrega de dossiês contemplando todos os atos decorrentes da realização dos processos;
- r) Apoio técnico-jurídico em todas as etapas dos certames seletivos.

CLÁUSULA TERCEIRA – O Município se compromete em efetuar:

- a) Recebimento e protocolo de eventuais recursos administrativos com encaminhamento para análise da **CONTRATADA**;
- b) Designação de local para a realização das provas, na zona urbana do Município;
- c) Recebimento de títulos e encaminhamento à **CONTRATADA** para avaliação;
- d) Publicação dos editais, cujos modelos serão fornecidos pela **CONTRATADA**, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – Taxa de inscrição:

Os valores a serem cobrados referentes à Taxa de Inscrição serão os seguintes:

- a) Nível de Ensino Fundamental: R\$ 60,00 (sessenta reais)
- b) Nível de Ensino Médio: R\$ 70,00 (setenta reais)
- c) Nível de Ensino Superior: R\$ 100,00 (cem reais)

CLÁUSULA QUINTA – O valor contratual será de **R\$** _____
(_____).

O PAGAMENTO do objeto desta licitação dar-se-á mediante a apresentação dos respectivos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

Patrulha, da seguinte forma:

- a) 20%(vinte por cento) na homologação das inscrições;
- b) 30% (trinta por cento) na realização das provas escritas;
- c) 50%(cinquenta por cento) quando apresentar a lista final de homologação dos aprovados, com os recursos administrativos devidamente apreciados.

O pagamento da prestação dos serviços será efetuado em 03(três) parcelas, mediante os respectivos documentos de cobrança, em nome desta Prefeitura Municipal, nos quais, deve constar discriminadamente, tudo o que foi prestado, bem como, o nº. da Tomada de Preços e o nº. do Empenho Prévio.

O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio das CNDs do INSS, FGTS e relatório SEFIP do mês da cobrança, devidamente quitado. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA** será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade.

CLÁUSULA SEXTA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0003 – Gestão e Manutenção dos Serviços da SEMAD
PROJETO: 2013 – Manutenção do Setor operacional
DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (66)
RUBRICA: 33903905000000 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - O contrato firmado entre as partes terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - É responsabilidade do CONTRATANTE:

O pagamento, conforme o determinado na Cláusula Quinta, deste instrumento.
A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento dos mesmos, o que será realizada pelos servidores Daniel Cândido da Silva e Ilton Sidnei de Borba.

A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e



trabalhistas devidos aos seus empregados, o que se dará através do Setor de Contabilidade, mediante apresentação das CNDs do INSS e do FGTS bem como relatório SEFIP do mês da cobrança, conforme previsão do item 6.6 deste edital.

CLÁUSULA NONA - É responsabilidade da CONTRATADA:

Executar os serviços conforme especificações deste edital e seus anexos, e em consonância com a proposta de preços apresentada;

Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades;

Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

Prestar informações exatas e não criar embaraços à fiscalização, atendendo suas determinações.

Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e **EXPRESSA** autorização do **CONTRATANTE**;

Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato ou da nota de empenho.

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE**;

Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Arcar com todas as despesas com transportes, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – Penalidades: Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades:

10.1 – Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

10.2 - Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

10.3 - Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.4 - A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

10.5 - A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.6 - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de pagar a multa.

10.7 – Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

reabilitação perante o Município e multa de 10% do valor atualizado do contrato.

10.8 – as penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.

10.9 – da aplicação das penas definidas nos itens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.7 do item dez, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.

10.10 – A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Fiscalização: O objeto desta licitação será fiscalizado pelos servidores Daniel Cândido da Silva e Ilton Sidnei de Borba, onde serão considerados todos os requisitos pré-estabelecidos neste instrumento, bem como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**. Os serviços estarão sujeitos à rejeição, caso não atendam as especificações exigidas, caso este, em que a **CONTRATADA**, obrigatoriamente, deverá refazê-los sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Em caso de atraso no pagamento das parcelas contratuais, o **CONTRATANTE** pagará juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse pública, o **CONTRATANTE** avisará a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba qualquer indenização, resguardo o pagamento pelos serviços prestados e fornecimentos efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Aplica-se ao presente contrato a Lei 8.666/93 e, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - As partes contratantes elegem o Foro da comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assina o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha, _____ de _____ de 2014.

PAULO ROBERTO BIER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

TESTEMUNHAS:

Nome
CPF

Nome
CPF

RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO:

DANIEL CÂNDIDO DA SILVA
CPF

ILTON SIDNEI DE BORBA
CPF: